



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EPIFÂNIA ARISTIDES ARLETE DA SILVA

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU:
MULHERES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EPIFÂNIA ARISTIDES ARLETE DA SILVA

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU:
MULHERES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Trabalho de conclusão de curso -- modalidade projeto de pesquisa - Apresentado ao instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EPIFÂNIA ARISTIDES ARLETE DA SILVA

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU:
MULHERES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 08 de Abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Luciana Schleder Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	6
2.1	OBJETIVO GERAL	6
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3	JUSTIFICATIVA	6
4	HIPÓTESES	8
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
5.1	DESIGUALDADES DE GÊNERO	9
5.2	O FEMINISMO	12
5.3	OPRESSÃO DAS MULHERES	13
5.4	HISTÓRIA DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	14
5.5	QUANTIDADE DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	16
6	METODOLOGIA	18
7	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo central a investigação das desigualdades de gênero em Guiné-Bissau, sobretudo a representação das mulheres na política. Ao longo da nossa pesquisa procuraremos compreender o porquê da pouca representação das mulheres no cenário político guineense, ou seja, quais são os fatores que determinam a fraca participação das mulheres na política guineense?

Diante disso, de acordo com a história da nossa luta armada sobre a emancipação do sistema colonial português, percebe-se que a participação das mulheres durante a luta pela independência elas tiveram uma participação ativa durante as trincheiras. Entretanto, dizia Amílcar Cabral que “após a independência as mulheres teriam um papel importante no processo do desenvolvimento do país, ou seja, não podia pensar o desenvolvimento do país após a independência sem a inclusão das mulheres”. Todavia, parece que foi só uma utopia porque até então o que assistimos na Guiné-Bissau, no que tange à representação/participação das mulheres na política, é contraditório aos princípios da luta outrora anunciados.

Portanto, na formulação deste projeto, durante as nossas pesquisas percebemos o enraizamento da desigualdade de gênero na Guiné-Bissau e, por outro lado, conseguimos entender que a desigualdade entre homens e mulheres se encontra bem estruturado dentro da sociedade guineense, principalmente no cenário político do país, isto é, definido pelo contexto sociocultural, econômico, religioso e político, que na maioria das vezes as mulheres são vistas como fracas, ou seja, como incapazes de ocupar elevados postos de serviços e altos cargos políticos.

Desigualdades de gênero é uma prática pouco prudente que afeta pessoas, no entanto, se observamos bem, as mulheres são as que mais sofrem, portanto, é preciso usar mecanismos legais para lutar contra essa desigualdade e gerar no seio da sociedade uma realidade social mais equilibrada onde as pessoas terão o mesmo direito e as mesmas oportunidades.

A Guiné-Bissau é um país africano situado na costa ocidental da África, limitada ao norte pelo Senegal e ao sul pela Guiné-Conakry, com a superfície total de 36.125 km², constituída por uma diversidade étnica e cultural ampla. A cultura da Guiné-Bissau é diversificada tanto no aspecto linguístico como a música, dança, artesanato e entre outras manifestações culturais. Conquistou a sua independência em 24 de setembro 1973, em Madina de Boé, sul do país. Dia 10 de Setembro de 1974 marca assim o início do rumo político de um novo Estado, deixado agora nas mãos do povo guineense, melhor dizendo, nas mãos dos

dirigentes políticos guineenses. Embora para estes o dia efetivo da independência seja o 24 de setembro de 1973.

A Guiné-Bissau, por ser colonizada por Portugal, passou a adotar a língua portuguesa como a língua oficial em detrimento das línguas dos povos locais e língua crioula que é o símbolo da unidade do povo guineense durante o processo da luta armada. Vale a pena ressaltar que a Guiné-Bissau possui um mosaico cultural diversificado, com vários povos e constitui-se num país laico no que tange à questão religiosa.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar os fatores que determinam a fraca participação das mulheres no cenário político na Guiné-Bissau.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Mapear a quantidade das mulheres na política ativa na Guiné-Bissau;
- ✓ Analisar com que frequência as mulheres participam nas tomadas de decisões políticas;
- ✓ Identificar os fatores e impedimentos da pouca ascensão das mulheres no campo político.

3 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu a partir do momento que comecei a estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), através do componente curricular: **Gênero, relações internacionais e desenvolvimento africano**, ministrado pela professora Dra. Isis Conceição. Neste caso, lidando com esse componente comecei a ter visão mais genérica sobre a questão de gênero, e pensei de imediato trabalhar este tema, em específico

no contexto guineense. Todavia, a minha curiosidade assenta em descobrir a influência do gênero na sociedade guineense à qual pertença, e também os fatores que proporcionam a fraca participação das mulheres na vida política ativa do país, e, por outra razão, tem a ver com a minha experiência adquirida ao longo dos anos na Guiné-Bissau e no Brasil.

É importante refletir sobre a desigualdade de gênero na sociedade guineense, visto que o que as mulheres almejam é conseguir uma igualdade perante os homens, ao contrário do que muitos pensam que as mulheres almejam uma superioridade, entretanto a luta das mulheres reside na busca do lugar da fala. E também compreender os motivos que impendem que essas mulheres ascendam no cenário político guineense. Perante este cenário, o presente projeto de pesquisa se justifica em três aspetos importantes: político, social e acadêmico.

Quanto à relevância política poderá servir de suporte informativo no que diz respeito às políticas que o Estado guineense poderá desenvolver em relação à questão de gênero. No que se refere à relevância acadêmica, este trabalho poderá servir de contribuição para futuras pesquisas relacionadas a esse tema. Servirá como material didático para estudos na Guiné-Bissau.

Quanto à relevância social poderá tornar-se importante para a sociedade guineense visa discutir a problemática da desigualdade de gênero e a fraca participação das mulheres no cenário político; por outro lado, poderá contribuir na conscientização da sociedade sobre a relevância deste tema.

Para sustentar a discussão que se apresenta vale ressaltar que a desigualdade entre homens e mulheres, ou seja, a desigualdade de gênero se expressa através de estereótipos e preconceitos transmitidos entre gerações e de práticas discriminatórias que os levam a desfrutar de diferentes oportunidades.

Todas essas diferenças são construídas com base nos princípios de que as pessoas são ensinadas desde criança que a mulher tem que servir o homem.

Entre essas diferenças podemos constatar na argumentação da Adichie (2001, p. 10),

também temos de questionar a ideia do casamento como um prêmio para as mulheres, pois é o que está na base desses debates absurdos. Se pararmos de condicionar as mulheres a verem o casamento dessa forma, não precisaremos discutir tanto se uma esposa precisa cozinhar para ganhar esse prêmio. Acho interessante como o mundo começa a inventar papéis de gênero desde cedo. (...)

De acordo com PAANE - Programa de Apoio aos Atores não Estatais, “a diferença entre homens e mulheres não é o problema, mas sim, o problema é que somos ensinados a

valorizar as características masculinas mais do que as características femininas”. (Paane, 2015, p. s/n).

4 HIPÓTESES

A história nos apresenta ao longo dos tempos que o espaço da mulher nas diferentes sociedades era restrito, ou seja, reduzida a vida doméstica e não a outros espaços que são dominados pelos homens. No caso da Guiné-Bissau partimos do pressuposto de que a igualdade de gênero tem vindo a crescer devido a iniciativas recentes do Estado guineense, por exemplo, a implementação da nova lei de acordo com a estação emissora Radio Jovem, Guiné-Bissau, a fixação de,

(...) uma quota mínima de 36% de mulheres nas listas de candidaturas para cargos eletivos, foi aprovada na generalidade a 2 de agosto deste ano pelo Parlamento guineense e deveria ser promulgada até 60 dias antes das eleições legislativas. (Radio Jovem, 2018, s/n).

No que se refere aos fatores da pouca participação das mulheres no cenário político guineense, partimos da hipótese de que não existe impedimento das mulheres no cenário político, porém existe uma fraca representação feminina na política ativa. De acordo com (SANTY 2010, s/n *apud* MOE, 2005),

(...) fato evidente quando se verifica que as mulheres ocupam menos de 5% dos assentos da Assembleia Nacional Popular. Outro fato destacado no Relatório é o da modesta participação das mulheres no processo eleitoral. Tanto assim que em 2005 uma mulher apenas aparece como candidata à eleição presidencial. Trata-se da Dra. Antonieta Rosa Gomes, que por sinal esta é a única candidata, cujo nome aparece repetidamente a cada processo eleitoral, ou seja, desde 1999, Rosa Gomes figurava como a única mulher entre candidatos homens. (...)¹

Ainda neste cenário o autor argumenta que no contexto eleitoral guineense de 2009 somente foi registrada uma candidata entre dezenas de concorrentes à presidência da república. Como podemos observar no seguinte trecho,

transpondo essa realidade para o cenário eleitoral de 2009, cumpre referir que nesse pleito se tem também apenas o registro de uma candidata, entre uma dezena de concorrentes à presidência. O que se verifica, independentemente da presença

¹Cfr.: <http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm>.
Acessado em 23 de março de 2019.

expressiva das mulheres em reuniões e comícios políticos e do contingente destas na população eleitoral. Ao lado disso, fica o registro da baixa representação feminina no conjunto de postos executivos, seja na comissão nacional, seja nas comissões regionais de eleições. Situação repetida na plenária da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), constituída por um secretariado permanente integrado apenas por homens. Além do mais, figura uma única mulher entre representantes dos delegados e de outros membros não permanentes (EU, 2009, p. 2). A candidata a presidente, Francisca Vaz Turpin, “Zinha”, exerceu mandato legislativo na ANP (1994-1998) pela Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGBMB) e ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Bissau. No governo de Kumba Yalá (2000-2003) foi conselheira política, com status de ministra, e fundou a União Patriótica Guineense (UPG). Outra característica do pleito de 2009 é a inexistência de registros de qualquer atividade de grupos da sociedade civil, embora durante as últimas eleições legislativas esses grupos tenham sido ativos em defesa de quotas para mulheres na ANP e do aumento da participação das mulheres na vida política do país (SANTY, 2010, p. 9).²

Diante do acima exposto percebe-se que existe muito trabalho pela frente, embora com algumas aberturas e criação de legislação que possibilitam a maior participação das mulheres no cenário político guineense.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é uma das etapas que nos permite estabelecer, ou seja, dialogar com várias categorias que vão sustentar a pesquisa com o intuito de dar conta do tema proposto neste trabalho. Sendo assim, consideramos fundamental este quadro teórico para análise dos dados que serão coletados nas seguintes categorias que se seguem:

5.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO

A desigualdade de gênero se correlaciona a uma profunda preocupação, uma vez que não se limita exclusivamente às diferenças biológicas, mas também à existência de discriminação e tratamento desigual contra as mulheres. A questão de machismo tem merecido uma preocupação enorme, tendo em conta que desde muitos anos atrás permanece nas sociedades.

Advertiu Gomes (2015, p. 169),

²Cfr.: <http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm>. Acessado em 23 de março de 2019

categoria gênero começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O gênero foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento.

A desigualdade do gênero é um processo construído ao longo da existência humana, entre as quais, uma delas é a divisão sexual do trabalho que se consolida com a instituições dos gêneros na sociedade, em que as mulheres têm que fazer determinados trabalhos.

Neste caso, a divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. “Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família.” (Hirata, 2009, p. 67).

De acordo com a perspectiva de Bourdieu (2010, p. 15 -16),

em um universo em que, como na sociedade cabila, a ordem de sexualidade não se constitui como tal, e no qual as diferenças sexuais permanecem imersas no conjunto das oposições que organizam todo o cosmos, os atributos e atos sexos se vêem sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas. Ficamos, pois, condenados a equivocar-nos sobre sua significação profunda se os pensarmos segundo a categoria do sexual em si. A constituição da sexualidade enquanto tal (que se encontra sua realização no erotismo) nos fez perder o senso da cosmologia sexualizado, que se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado(...).

O que se percebe no ponto de vista de Bourdieu, a construção que impõe o homem como sendo superior às mulheres, ela não precisa de ser justificada porque ela é legitimada pelo discurso da sociedade, por outro lado, também funciona como mecanismo que tenta confirmar a dominação masculina fundamentada na divisão social de trabalho, que se restringe nas atividades que são atribuídas a cada um dos sexos, determinadas pelo local, momento e estruturas, neste caso reservando um determinado espaço para os homens e outros para as mulheres.

Falando de gênero em África, principalmente na Guiné-Bissau, não podemos esquecer de feministas europeias e nem ignorar as suas teorias porque trataram muito do assunto que diz respeito ao gênero. Porém, neste trabalho, iremos priorizar as intelectuais africanas que debruçaram sobre a questão de gênero.

Segundo Gomes (2015, p. 170), devemos fazer uma análise equilibrada e situada dos contextos africanos requer, todavia, um reposicionamento dos estudiosos das questões de gênero em África, no sentido de um questionamento da identidade social dessas mulheres, dos seus interesses e das suas preocupações.

Além disso podemos constatar segundo Scott (1995, p. 75), o termo gênero além de uma mudança para o termo mulher, é também utilizado para indicar que qualquer informação sobre a mulher é essencialmente informação sobre os homens, que implica o estudo do outro.

Sendo assim, os homens sempre apreenderam todos os poderes concretos, desde os primeiros tempos do patriarcado, ajuizaram favorável em manter a mulher sempre na situação da dependência, nesse sentido os códigos estabeleceram contra as mulheres, e assim que ela constitui concretamente como o estudo do outro (BEAUVOIR, 2016).

Ainda a autora vai além,

(...) Todos os mitos da criação exprimem essa convecção preciosa do macho e, entre outras, e lenda só Gêneses que, através do cristianismo, se perpetuou na civilização ocidental. Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substancia diferente, nem com o mesmo barro se serviu para moldar Adão: ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lhe a deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo do inessencial. E assim ela surge como uma presa privilegiada. É a natureza elevada á transparência da consciência, uma consciência naturalmente submissa. E é essa maravilhosa esperança que muitas vezes o homem pós na mulher. (...)

Com o exposto acima nos faz perceber que as dificuldades contemporâneas que as mulheres enfrentam não são de agora, porém são construções oriundas do passado de diversas sociedades, principalmente daquelas cujas religiões tornaram mundialmente as que possuem mais seguidores. Neste cenário, referindo-me ao caso da Guiné-Bissau, também não é diferente, isto é, as sociedades que compõem o povo guineense possuem construções que contribuem e reforçam este aspecto da mulher vista como inferior aos homens quase em todos aspetos.

Para Gomes (2015, p. 169),

A campanha para a autonomia das feministas ganharia ímpeto com a proclamação, em 1975, do ano internacional da mulher e com a realização, no mesmo ano, da conferência mundial da mulher, realizada na cidade do México. Essa conferência, dedicada à afirmação dos direitos civis das mulheres, em especial à luta contra a discriminação de gênero e à adoção de políticas de integração, centrou-se em torno de três grandes eixos: igualdade, desenvolvimento e paz, que marcariam doravante a agenda política da organização.

O importante é ter uma legislação que vai defender a mulher no sentido de diminuir os abusos, isto é, dependerá de uma mudança de consciência dentro da sociedade guineense, neste caso, criar condições que vão possibilitar uma existência real da igualdade. Embora seja bem conhecida a superioridade masculina na sociedade guineense, porém, a inversão dessa realidade parece estar longe de acontecer por ser uma questão que está interligada a diversos fatores, que

vamos desenvolver ao longo do trabalho. É necessário começarmos a aplicar e mostrar a necessidade de tais mudanças gradualmente dentro da sociedade, aproveitando-se de ações associativas, principalmente através das legislações do país e com apoio das ONGs e da comunidade internacional para a superação das barreiras que colocam a mulher no segundo plano.

5.2 O FEMINISMO

O termo feminismo, segundo Bamisile (2013, p. 259), derivou da palavra francesa *féminisme*, que depois passou a ser usado com regularidade na língua inglesa para significar e advogar o desejo de se alcançarem direitos iguais para as mulheres, com base na ideia da igualdade de sexos. Podemos entender que feministas não lutam contra homens, mas contra o sistema patriarcal que oprime mulheres ou seja feministas politizam a luta pelo direito das mulheres, sendo assim é uma das principais lutas sociais que a sociedade enfrenta, em que na maioria das vezes percebemos que as tradições cultural e religiosa são um dos principais obstáculos ao feminismo. Nessa nova acepção feminista o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo da dominação masculina ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões subordinação ou sujeição das mulheres, ou ainda condição feminina.

Consoante Figueiredo e Gomes (2016, p. 913)

no caso guineense, embora as complexidades étnico-sociais e as estruturas patriarcais de poder tenham, em parte, obstaculizado a organização e a institucionalização de um movimento feminista – ainda que, em termos discursivos, tenha sido recorrente a referência à posição das mulheres na sociedade e à necessidade da sua emancipação política, todavia, existe um auto reconhecimento da importância do papel desempenhado pelas mulheres na construção do Estado independente.

Nesse caso as mulheres acabam por perder a sua fase de infância quase é roubado o direito de brincar por passar o tempo todo a ajudar a mãe em casa, porque já nasce e sabe qual é a sua função em casa; o machismo existe no meu país Guiné-Bissau assim no mundo como um todo, as mulheres africanas em geral, e guineenses em particular, são consideradas muitas das vezes submissas e isso tem a ver com a educação porque homens e mulheres foram

ensinados coisas de diferentes formas, às mulheres é ensinado os valores culturais e muitas das vezes baseados na religião, isso tudo para servir a sociedade e a sua família.

Oyewumi (2000, p. 05):

dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Então, a autora vai questionar porque mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho.

Conforme Scott (1989, p. 09) as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na necessidade de o macho dominar as mulheres. Percebe-se que na sociedade guineense a reprodução do machismo não se limita apenas aos homens, porém algumas mulheres também as reproduzem de uma forma ingênua.

5.3 OPRESSÃO DAS MULHERES

Segundo Freire (1979, p. 31) “não é que os oprimidos não tenham consciência de que são pisados. Mas o estar imersos na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos.” Eles/as querem expressar, mas sentem peso de reclamar ou declarar, então continuam sempre a serem vítimas do opressor. Portanto, podemos observar como a sociedade guineense oprime as mulheres começando na educação, tanto familiar como escolar, de maneira que poucas mulheres conseguem ter acesso à escola porque os mais velhos presumem que a escola é lugar dos homens e a mulher é para cuidar de casa e preparar para cuidar do marido e de trabalhos domésticos.

Na percepção de Louro (1997, p. 37), “os estudos feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder. Como já foi salientado, inicialmente esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres”.

No ensino primário, muitas meninas acabam por abandonar a escola por diversas razões, por causa da gravidez precoce, a violência na escola, por causa da condição financeira dos familiares e por vezes são encarregadas dos trabalhos domésticos. E, esses são um dos fatores que impede a participação das mulheres na esfera política.

De acordo com (CARVALHO 2014, p. 13 *apud* MEPIR, DENARP II, 2011: 23),

apesar da taxa líquida de escolarização ter evoluído ao ritmo de 7,6% por ano entre 1994 e 2000, apenas 43,6% das crianças matriculadas na primeira classe irá completar a sexta classe até ao ano 2004, uma vez que para além do número de inscritas ser inferior, a taxa de abandono escolar das raparigas é superior à dos rapazes.

Por vezes, esquecem que as mulheres mesmo com maternidade continuam sendo guerreiras, muitos pensam que ser mãe pode limitar em várias coisas podemos entender que ainda à um entrave para diferentes profissões existentes no mercado privado tanto como no público. O momento que se torna mãe passa a ter o horário de chegada e saída no local do serviço mais rígido, porque adequam a rotina das crianças, em cima de tudo, a possibilidade de viagem vai se reduzir e não vai conseguir ter a possibilidade de levar o trabalho para casa. Com base em todas essas mudanças, pode ser mal interpretado pela chefia do trabalho ou pela equipe com motivos para queda do seu rendimento profissional, enquanto que, nos casos dos homens, são muito diferente quando casa e tem filhos passam a ser mais confiáveis em termo profissionais, teoricamente possuem uma família para sustentar e que vai cuidar sempre para não tomar uma decisão arriscada, caso contrário, a mulher quando se casa começa logo a ouvir alguns comentários ela já se casou daqui a pouco tempo vai querer ter filhos e quem vai ficar no lugar dela até parece que muitas pessoas sentem pena da mulher e outros entendem que maternidade vai transformar você menos produtivo, pois passam a noite acordada, precisa levar filhos ao médico entre outros “problemas de mulheres” a linguagem que é usada frequentemente. Neste cenário, o exposto acima nos apresenta um pouco do contexto em que as construções sociais contribuem para a não participação das mulheres na esfera política.

“Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (Hirata, 2009, p. 67).

5.4 HISTÓRIA DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

Em 18 de junho de 1961 foi criado UDEMU (união democrática das mulheres), que é organização das mulheres da Guiné-Bissau, criado pelo líder do partido PAIGC Amílcar Cabral antes da luta de libertação do país cujo objetivo mobilizar as mulheres a enquadrar na luta contra a emancipação feminina para combater a desigualdade de gênero em relação a homem, hoje consegue ver que objetivo delas é fazer a mulher sentir empoderada, entender que lugar dela é onde quer e falar perante público.

Se por um lado o líder e ideólogo Amílcar Cabral encontrava na participação equitativa de homens e mulheres a forma de atingir a vitória sobre o colonizador, levando a cabo ações concretas de distribuição de tarefas e responsabilidades aos militantes de ambos os sexos, chamando a atenção à própria mulher de que lhe cabia a ela dedicar-se e empenhar-se para ter o reconhecimento dos seus parceiros sociais (homens). Subjacente a esta atitude de Amílcar Cabral de incentivar a participação social e política das mulheres estavam, entre outros, o conhecimento de aspetos culturais seculares que penalizavam as mulheres, conduzindo-as à submissão, ao casamento precoce e forçado e à exclusão dos processos de escolarização e de tomada de decisão. O fruto desse trabalho de sensibilização, mobilização e formação de mulheres foi a sua participação como Comissárias políticas, nos Comitês de tabanca, no Comité Central do Partido, no Bureau Político, tendo podido participar nas tomadas de decisão. Barros e Semedo (2012, p.21)

O processo de independência foi bem-sucedido graças ao suporte e à atuação popular por um lado, e à capacidade de liderança do PAIGC e de Amílcar Cabral, por outro. Nesse contexto, a contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos da organização das novas instituições nas áreas libertadas. (Gomes 2015, p. 171).

Em todo caso, as mulheres não deixaram de apoiar os homens em momento nenhum, desde os primeiros momentos dos primeiros contatos entre europeus e os povos guineenses, sempre as mulheres estiveram ao lado dos homens a combater os invasores, como podemos observar no trecho que se segue:

(...)Figuras imponentes como a da rainha Pampa da sociedade Bijagó que, no início do século XX, travou uma batalha sem tréguas contra a penetração portuguesa; histórias de mulheres responsáveis políticas como Carmem Pereira ou Teodora Inácia Gomes, ou de comandantes militares como Titina Sila, ou de governantes de largas regiões como Francisca Pereira, histórias de mulheres como Tenem Camara, membro de um dos Tribunais Populares instituídos nas áreas libertadas, nos anos 60 do século XX; as experiências históricas de Ana Lopes, de Lurdes Vaz e de Nhima Muskuta Turé, técnicas especializadas, enfermeiras e membros das milícias populares, todas elas contribuem para a construção de uma outra visão da História que procura resgatar as experiências sociais e políticas de homens e de mulheres, numa tentativa permanente de um reconhecimento social e da procura de autoestima. (Gomes, 2015, p. 126).

As mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios, tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído, de forma positiva, para a mudança de mentalidades social, mulheres como mães são líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural da Guiné-Bissau.

5.5 QUANTIDADE DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

As mulheres guineenses estão numa luta constante, a criação da lei de quota é um exemplo dessa luta, as mulheres sempre estiveram na linha de frente com objetivo de ter uma participação igualitário com o dos homens. A luta pela paridade é um desafio constante.

De acordo com a Doaré (2009, p. 167)

O termo “paridade” designa uma representação igual de mulheres e homens nas instituições da República compostas por meio de eleições. O termo está associado a outra noção que torna mais explícita sua vinculação exclusiva ao campo do político, a noção de democracia paritária.

Ainda Doaré, a noção de paridade, do ponto de vista político, surgiu no âmbito europeu; de fato, foram iniciativas desenvolvidas em escala europeia que favoreceram o impulso das mobilizações na França. Esse termo que dá a mulher direito igual a homem de conseguir ter a sua cota. (Doarê, 2009, p. 168).

Segundo Barros & Semedo (2013, p. 24) Analisando a participação política das mulheres guineenses, através dos dados estatísticos e de relatos na primeira pessoa, podemos referir que, se no passado, o espaço das mulheres no mundo – e na Guiné-Bissau em particular – era exíguo, restrito à vida doméstica, hoje a evolução das sociedades permite alguma participação das mulheres na vida pública.

Desde a constituição da sociedade guineense mesmo sabendo que as mulheres sempre tiveram junto ao homem durante o período da luta, nunca consegue alcançar a mesma percentagem a do homem de acordo com Barros e Semedo (2012, p.21).

Existe uma grande diferença atualmente em relação a tempos passados, em todo caso, as mulheres presenciavam em muitas reuniões e diversas atividades mais nunca tiveram as mesmas oportunidades na esfera política, homens sempre estavam na frente, enquanto as mulheres sempre com número inferior no parlamento. Em 2018 foi o ano em que o número das mulheres no parlamento é mais elevado. Barros; Semedo (2013, p.24) argumentam:

Analisando a participação política das mulheres guineenses, através dos dados estatísticos e de relatos na primeira pessoa, podemos referir que, se no passado, o espaço das mulheres no mundo – e na Guiné-Bissau em particular – era exíguo, restrito à vida doméstica, hoje a evolução das sociedades permite alguma participação das mulheres na vida pública, deixando estas, paulatinamente, de estarem circunscritas às atividades do privado, a ocuparem-se apenas do marido, dos filhos e da casa para terem uma participação mais efetiva e mais presente nos setores da vida pública.

Sempre tem discrepância no concernente à mulher na política principalmente se ela vai ocupar o lugar da tomada das decisões, sabendo que as mulheres representam cerca de 52% da população, mas apenas 10% tem a participação na política e somente 25% ocupavam cargos da administração pública. Elas reúnem onde elabora um projeto que foi entregue ao líder do parlamento Cipriano Cassama, a propósito de ter 40% de deputada na próxima legislatura, portanto a lei não foi aprovada, só fixa com 36% da participação das mulheres na ANP (Assembleia Nacional Popular).

A plataforma política das mulheres guineenses, na terça feira, 13 de novembro de 2018, aos partidos políticos que é importante que as próximas eleições legislativas inaugurem uma nova era na Guiné-Bissau, com um número significativo das mulheres nos lugares elegíveis nas listas de candidatos a deputados no país. (Radio Jovem, 2018).

De salientar que, apesar da existência de lei de quota, não foi possível eleger o quantitativo de 36% das mulheres como está prevista na lei, isso demonstra que a luta das mulheres têm sido um trabalho duro, mas contudo, elas tem dedicado a essa luta para com isso buscar promover uma sociedade justa e igualitária. O conceito da educação pode ser compreendido como um processo de capacitação de um indivíduo. De acordo com Vianna (2006, p. 130) a educação é tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades.

É muito importante afirmar que a educação é um ponto chave no processo de desenvolvimento de qualquer nação, portanto qualquer que seja a forma de educação que possa ajudar tanto jovem na sua evolução individual assim como em grupo tem grande relevância para a sociedade humana.

Nós acreditamos que, um dos fatores que impede ascensão das mulheres na política guineense tem a ver com à instrução escolar e o contexto familiar, ou seja, as mulheres precisam beneficiar da mesma educação dos homens para que possam começar a sair do espaço doméstico e começarem a ocupar lugares públicos. Segundo Louro (1997, p. 57)

Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso.

Todavia, estamos em condição de afirmar que a escola é um dos meios mais eficaz para obtenção do conhecimento, mas existem outros meios além da escola. Mesmo nas civilizações tidas como “culturalmente avançadas”, a vida cotidiana sempre exigiu muito mais do que o

conhecimento dos saberes apresentados formalmente nas disciplinas escolares. Há muito mais a aprender e desde muito cedo: a língua materna, tarefas domésticas, normas de comportamento, rezar, caçar, pescar, cantar e dançar – sobreviver, enfim. E, para tanto, sempre existiu, também desde muito cedo, uma educação informal, a escola da vida, de mil milênios de existência, Gaspar (1990, p. 174).

6 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002, p. 17), pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.]

Quanto aos procedimentos metodológicos, o presente projeto de pesquisa obedeceu ao método qualitativo e quantitativo com intuito de materializar e conseqüentemente responder a nossa pergunta de partida.

A integração da pesquisa qualitativa e quantitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (Goldenberg, 1997, p. 62).

No que tange aos procedimentos para a coleta de dados, será por meio da entrevista. Segundo Junior; Junior,

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (JUNIOR; JUNIOR, 2011 *apud* ROSA; ARNOLDI 2006, p17.).

Neste caso, para Ribas; Fonseca (2008, p.11),

A entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa. As perguntas são feitas oralmente e as respostas são registradas pelo pesquisador, por escrito ou com um gravador, se o entrevistado assim o permitir.

Diante do acima exposto neste trabalho, pretendemos através das entrevistas com diferentes grupos e instituições compreender os processos da desigualdade de gênero na Guiné-Bissau e os fatores que impossibilitam as mulheres de ascenderem no cenário político guineense. Neste caso, posteriormente serão realizadas as entrevistas com diferentes instituições das mulheres e estatais, também será com o objetivo de entrevistar diferentes organizações políticas guineenses.

Sendo assim, nas entrevistas pretendemos entrevistar 15 pessoas entre os quais 10 mulheres, e nestes mulheres 5 serão dirigentes políticos, 3 intelectuais e 2 pessoas que não estão ligados a política ativa. No que tange aos outros 5 pessoas serão indivíduos masculinos.

No entanto, acreditamos que seguindo estes parâmetros acima referenciados poderá nos ajudar alcançar o nosso objetivo de pesquisa que visa entender os fatores que determinam a fraca participação das mulheres no cenário político na Guiné-Bissau.

7 CRONOGRAMA

ANOS/ETAPAS	2019		2020		2021	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Reelaboração do projeto		X				
Levantamento bibliográfico		X	X	X	X	
Apresentação do projeto reelaborado			X			
Organização do roteiro/partes			X			
Coleta de dados				X	X	
Análise dos dados					X	
Redação do trabalho						X
Revisão e redação final						X
Entrega da monografia						X
Defesa da monografia						X

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALMEIDA, Ana Sofia Carvalho. **O RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIFUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS: a mobilização política da mulher guineense**. 1ª edição. Lisboa: Chiado editora, 2014.

BAMISILE, Sunday Adetunji. **A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo**. São Paulo: Via Atlântica, n.24 2013.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **A Participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau - da consciência, percepção à prática política**. Bissau: editora United Nations, 2013.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no género**. Bissau: UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Revista Bertrand Brasil, 2010.

DOARÉ, Hélèn Le; HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; SENOTIER, Danièle (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2002.

FERNANDES, Yanira Samantha Gomes, GARAU Elena Molinero, MORENO Sónia Sánchez. **Manual de igualdade equidade de género**. Bissau: UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvimentu” 2015.

FIGUEIREDO, Angela; GODINHO, Patrícia. **Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3), set-dez., 2016.

FREIRE, Paulo, 1921 - **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GASPAR, Alberto. **A educação formal e a educação informal em ciências**. Rio de Janeiro: Editora Cidade Cultural, 1990.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa - 4ª. ed.** - São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. - Rio de Janeiro: editora Record, 2004.

GOMES, Patrícia Godinho. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar.** São Luís: Revista Outros Tempos, 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. **Os Fundamentos de uma Nova Sociedade: o PAIGC e a luta Armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**, Torino: Revista L`Harmattan, 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 12. ed. - Petrópolis, RJ: Revista Vozes, 2010

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR Nazir Feres, **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos.** Evidência, Araxá, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero: sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** - Petrópolis, RJ: Revista Vozes, 1997.
Manual da igualdade de equidade de gênero. EU-PAANE - Programa de Apoio aos Atores não estatais "Nô Pintcha Paz e Dizinvolvimentu". Novembro de 2015.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Dakar: Codesria, Volume 1, 2004.

RADIO JOVEM. **Mulheres guineenses pedem aprovação de lei da paridade.** Disponível em: <https://www.radiojovem.info/mulheres-guineenses-pedem-aprovacao-na-especialidade-de-lei-da-paridade/> - Acesso em: 15 mar., 2019.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; FONSECA, Regina Célia Veiga. **Manual de metodologia opet.** Curitiba: Pr. 2008.

SCOTT, Jean. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.** New York, Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** Educação & Realidade. Porto Alegre: 1995.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** Janus, Iorena, 2006.

Cfr.: <http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm>.
 Acessado em 23 de março de 2019.

Cfr.: <http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm>. Acessado em 23 de março de 2019